

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 11/Jan

cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3118- Ano 2024



SERGIPE

PRIVATIZAÇÃO - ENFRAQUECE A FORÇA DOS TRABALHADORES



Temos exemplo aqui no estado de Sergipe, em que a Petrobras vendeu por US\$ 1,1 bilhão, de sua participação o polo Carmópolis (SE), um conjunto de 11 concessões de campos terrestres de produção de óleo e gás, com instalações integradas, para a Carmo Energy.

No entanto, nota-se que a privatização para os trabalhadores não foi um bom negócio. Até a data de hoje (10/01/24), os prestadores de serviços (vigilantes) que fazem a segurança deste gigantesco empreendimento, não receberam os seus devidos salários.

A empresa de Segurança NC Vigilância alega não ter pago aos seus colaboradores; devido não ter recebido as faturas do contrato por parte da contratante Carmo Energy. Desta forma, quem sofre com tudo isso é o trabalhador.

Nós que fazemos o Sindivigilante Sergipe - (Representantes legais dos vigilantes de empresas privadas aqui do estado sergipano), informamos que iremos paralisar as atividades desses trabalhadores na próxima semana, caso os pagamentos desses profissionais não venham ser realizados.

Sobre a privatização, a matéria do "ondasbrasil.org", as empresas privadas se esforçam para conter custos e maximizar lucros. Muitas vezes economizam na qualidade do emprego, limitam os salários e não priorizam as condições de trabalho ou o treinamento dos trabalhadores e seus prestadores de serviços.

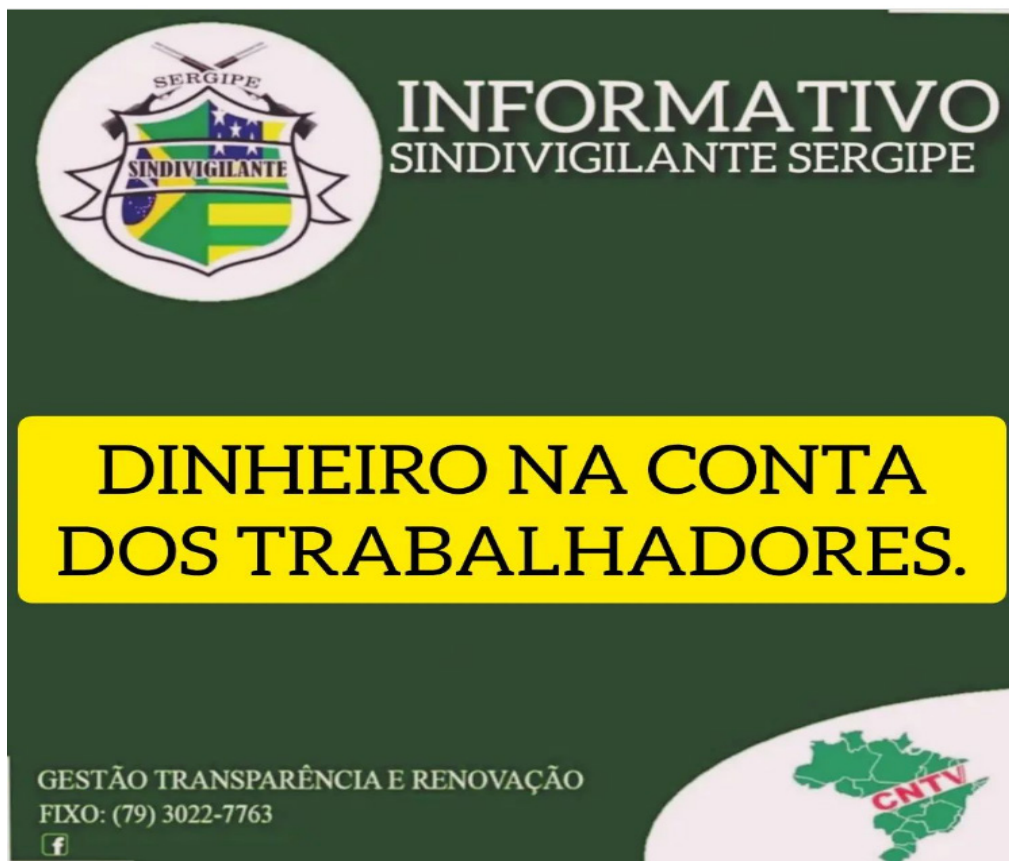
Unidos Somos Fortes!

Gestão: transparência e renovação - Diretor presidente: Reginaldo Gonçalves.

Aracaju, 10 de janeiro, de 2024

ASCOM/SINDIVIGILANTE SERGIPE

NC SEGURANÇA PAGA SALÁRIO APÓS INTERVENÇÃO DO SINDICATO JUNTO AO CONTRATANTE



A empresa de Segurança NC VIGILÂNCIA contactou a diretoria do SINDICATO DOS VIGILANTES e informou que acaba de receber faturas em atraso da tomadora de serviços de vigilância CARMO ENERGY, e que de imediato já faz todo o trâmite burocrático para sanar todos os salários em atraso de seus colaboradores do referido contrato.

A diretoria do SINDIVIGILANTE agradece pela presteza e efetivo esforço da NC SEGURANÇA para resolver as irregularidades, problemas acontecem em todos os lugares e devemos saber identificar quem se esforça pra resolver e quem não se esforça pra resolver.

Avisamos a CARMO ENERGY que estaremos vigilantes na defesa de nossos associados, pelo cumprimento de todas as normas acordadas na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.

Aos nossos vigilantes, fica aqui nosso respeito e trabalho para garantir que todos tenham seus salários pagos corretamente.

Unidos Somos Fortes!

Gestão: Transparência e renovação - Diretor presidente: Reginaldo Gonçalves.

Aracaju, 10 de janeiro, de 2024

[ASCOM/SINDIVIGILANTE SERGIPE](#)

CUT e demais centrais conversam com empresários sobre atualização do modelo sindical

Primeiro encontro entre o presidente da CUT, Sérgio Nobre, Miguel Torres, da Força Sindical e Ricardo Patah da UGT, foi nesta quarta-feira, com a empresária Luiza Trajano, do Magazine Luiza

REPRODUÇÃO REDES SOCIAIS



Encontro dos presidentes da CUT, UGT e Força Sindical com Luiza Trajano

O presidente da CUT, Sérgio Nobre e os presidentes da Força Sindical, Miguel Torres, e Ricardo Patah, da UGT, se reuniram na manhã desta quarta-feira (10), em São Paulo, com a empresária Luiza Trajano, do Magazine Luiza, para dialogarem sobre a atualização do modelo sindical e o fortalecimento da negociação coletiva entre trabalhadores, trabalhadoras, empresas e sindicatos.

A negociação coletiva, defendeu o presidente da CUT, em artigo recente, é o melhor instrumento para tratar das questões do mundo do trabalho. Hoje, mais de metade dos trabalhadores brasileiros não contam com

proteção sindical e têm déficit de proteção trabalhista. São microempreendedores, autônomos, trabalhadores para plataformas de aplicativos, pescadores, agricultores familiares, artesãos, ambulantes, entre outros, que não têm nenhum direito trabalhista nem previdenciário.

“Ou seja, quase 40 milhões de trabalhadores e trabalhadoras estão s proteção trabalhista nem social, nesse novo mundo do trabalho. Então por isso precisa atualizar o modelo”, ressaltou à época.

Hoje o presidente da CUT destacou que a maior prioridade do movimento sindical é apresentar ao Congresso Nacional um projeto

nesse sentido e, que para isso, chegou o momento de grandes empresas entrarem neste debate e ajudar na construção de um novo modelo sindical.

“Luiza Trajano é uma grande liderança, de um setor importante como é o comércio. Ela sempre compreendeu que o trabalhador é um cidadão, portador de direitos, inclusive, o de negociar coletivamente e de participar das decisões que envolvem o futuro das empresas. Infelizmente, nem todos os empresários têm tradição de negociação coletiva envolvendo os sindicatos”, disse sobre os motivos da reunião com a empresária.

O projeto ainda em construção, que deve ser levado ao Congresso Nacional, teve início a partir da decisão do presidente Lula em instalar uma mesa nacional, em janeiro do ano passado, para atualizar o movimento sindical.

“O que a gente quer é um projeto dentro de um entendimento com empresários, que de fato modernize e fortaleça a negociação”, afirmou o presidente da CUT.

“Vamos buscar outras lideranças empresariais para que façamos essa construção, já que o movimento sindical fortalecido não é apenas um instrumento de regulação do trabalho; é o pilar da democracia”, ressaltou.

Quanto mais fortes são os sindicatos e os movimentos sociais mais forte é a democracia, e episódios como o 8 de janeiro nunca mais acontecerão

- Sergio Nobre

Além de empresários e setores específicos, as centrais sindicais estão buscando diálogos com as lideranças de partidos políticos.

“Esperamos que ainda no primeiro trimestre deste ano o projeto que atualiza o movimento sindical e fortalece as negociações coletivas seja colocado na pauta do Congresso Nacional”, finalizou Sérgio Nobre.

Fonte: CUT

Nova renegociação dará desconto de até 70% para dívida ativa

Prazo de adesão vai até 30 de abril no sistema Regularize, da PGFN

MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL



Os contribuintes inscritos na Dívida Ativa da União podem renegociar, até 30 de abril, o débito com até 70% de desconto nas multas e nos juros. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) abriu segunda-feira (8) cinco editais de transação tributária, modalidade de parcelamento criada durante a pandemia de covid-19.

Chamado de Transações por Adesão, o programa permitirá o parcelamento da dívida em até 145 meses. Na transação tributária, o tamanho do desconto é determinado conforme a capacidade de pagamento do devedor. Quem tiver menor capacidade de pagamento terá os maiores descontos.

Os editais estão divididos nas seguintes categorias: dívidas de pequeno valor, débitos de difícil recuperação ou irrecuperáveis, capacidade de pagamento, inscrições garantidas por seguro garantia ou carta fiança e microempreendedores individuais. Segundo a PGFN, o governo espera recuperar cerca de R\$ 24 bilhões com as Transações por Adesão.

O devedor pode fazer simulações e pedir a adesão ao programa na página Regularize, portal de serviços eletrônicos oferecido pela PGFN. O próprio sistema avalia a capacidade de pagamento e renegocia o débito, definindo o valor das parcelas e os descontos definitivos.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

Limites

Apenas débitos de até R\$ 45 milhões poderão ser refinanciados. O valor das prestações previstas não poderá ser inferior a R\$ 25 para o microempreendedor individual e R\$ 100 para os demais contribuintes.

Os descontos não incidirão sobre o valor principal da dívida, apenas sobre juros, encargos e multas. A exceção será para os microempreendedores individuais, que poderão ter até 50% de desconto sobre a dívida global (valor principal mais juros, multas e encargos).

As negociações abrangem apenas os débitos inscritos em Dívida Ativa da União, quando a PGFN passa a cobrar a dívida na Justiça. Os débitos com a Receita Federal são objeto de outra renegociação, aberta na última sexta-feira (5). Dívidas com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) também estão fora do parcelamento especial

.Fonte DCM

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF